

OS DESAFIOS POLÍTICOS PARA A EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

LOS DESAFÍOS POLÍTICOS PARA LA EDUCACIÓN Y LA DEMOCRACIA EN AMÉRICA LATINA

POLITICAL CHALLENGES FOR EDUCATION AND DEMOCRACY IN LATIN AMERICA

Fabiano Antonio dos SANTOS¹

Silvia MARTINEZ²

João Batista ZANARDINI³

RESUMO: Destacamos neste dossiê, entre as questões que congregam os países latino-americanos, os desafios políticos em torno da oferta de educação e do fortalecimento da democracia e o reflexo da adoção de medidas políticas que leva a uma alta porcentagem de indigência e pobreza na maioria dos países da região. A agenda político-econômica foi construída na tensão de duas perspectivas diferentes, a implementação de políticas neoliberais e conservadoras, esbarra na organização coletiva para resistir à exclusão e propor diferentes projetos sociais. É nesse contexto, cada vez mais feroz em termos de conflitos e lutas, que são necessárias reflexões sobre vários aspectos que moldam nossa realidade, como é o caso da educação e do fortalecimento da democracia. É nessa linha que nos interessa a relação da educação com outras áreas da vida social, como por exemplo: educação e trabalho, educação e cidadania, educação e trabalho docente, educação e avaliação, educação e organizações internacionais; entre outras. É assim que apresentamos reflexões sobre diferentes perspectivas que problematizam alguns aspectos das políticas e práticas educacionais da região. Convidamos, então, a conhecer, debater e trocar experiências sobre a realidade por meio das contribuições sobre a educação e suas alternativas, críticas e reflexões teóricas presentes neste Dossiê e que as mesmas auxiliem na construção de mais democracia através da educação e da justiça social.

PALAVRAS CHAVE: Democracia. Educação. Cidadania. Justiça Social. Desafios políticos

RESUMEN: *En este dossier, entre los temas que reúnen a los países latinoamericanos, destacamos los retos políticos que rodean la provisión de educación y el fortalecimiento de la democracia y el reflejo de la adopción de medidas políticas que conducen a un alto porcentaje de indigencia y pobreza en la mayoría de los países de la región. La agenda política y económica fue construida desde dos perspectivas diferentes, la aplicación de*

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá – MS – Brasil. Professor do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/CPAN). Doutorado em Educação (UFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7703-8520>. E-mail: fabiano.santos@ufms.br

² Instituto Patagónico de Estudios de Humanidades y Ciencias Sociales (IPEHCS-CONICET-UNCo); Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Comahue (FACE-UNCo), Neuquén - Argentina. Profesora Adjunta Regular. Departamento de Didáctica. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8473-9934>. E-mail: silviamarcelamartinez@gmail.com

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel – PR – Brasil. Professor do Curso de Pedagogia. Doutorado em Educação (UFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1514-6489>. E-mail: j.zanardini@uol.com.br

políticas neoliberales y conservadores se enfrenta la organización colectiva para resistir y proponer proyectos sociales diferentes. Es en este contexto, cada vez más feroz en términos de conflictos y luchas, que son necesarias reflexiones sobre diversos aspectos que dan forma a nuestra realidad, como la educación y el fortalecimiento de la democracia. Es en esta línea que nos interesa la relación entre educación y otras áreas de la vida social, tales como: educación y trabajo, educación y ciudadanía, educación y enseñanza, educación y evaluación, educación y organizaciones internacionales; entre otras. Así es como presentamos reflexiones sobre diferentes perspectivas que señalan aspectos de las políticas y prácticas educativas en la región. Invitamos, entonces, a conocer, debatir e intercambiar experiencias sobre la realidad a través de los aportes sobre educación y sus alternativas, críticas y reflexiones teóricas presentes en este Dossier y que ayuden en la construcción de más democracia a través de la educación y la justicia social.

PALABRAS CLAVE: Democracia. Educación. Ciudadanía. Justicia social. Desafíos políticos.

ABSTRACT: *We highlight in this dossier, among the issues that bring Latin American countries together, the political challenges surrounding the provision of education and the strengthening of democracy, and the reflection of the adoption of political measures that lead to a high percentage of indigence and poverty in most countries of the region. The political-economic agenda was built on the tension from two different perspectives, the implementation of neoliberal and conservative policies, bumps into collective organization to resist exclusion and propose different social projects. It is in this context, increasingly fierce in terms of conflicts and struggles, that reflections are needed on various aspects that shape our reality, such as education and the strengthening of democracy. It is along these lines that we are interested in the connection between education and other areas of social life, such as: education and work, education and citizenship, education and teaching work, education and evaluation, education and international organizations; among others. This is how we present reflections on different perspectives that problematize some aspects of educational policies and practices in the region. We invite you to get to know, debate and exchange experiences about the reality through the contributions on education and its alternatives, criticism and theoretical reflections present in this Dossier and that they help to build more democracy through education and social justice.*

KEYWORDS: Democracy. Education. Citizenship. Social justice. Political challenges.

Dentre as mais variadas questões que congregam os povos latino-americanos, a questão geopolítica parece ser uma das mais destacáveis, fato que se acirra, sobretudo, a partir de meados do século vinte com os desafios que se colocam para a democracia em toda a região. Ao mesmo tempo, as experiências repressivas de décadas de ditaduras regulamentadas e comandadas pela América do Norte colocaram a região em uma posição muito crítica no cenário econômico mundial, mas, acima de tudo, contribuíram para tornar os regimes democráticos frágeis e suscetíveis aos interesses do capitalismo em sua fase conservadora / neoliberal, pelo menos em vários países da região. Nem sempre da mesma maneira e com a

mesma intensidade, nos últimos 20 anos, também foram formados governos populistas ou de “novo signo” que, mesmo sem abandonar as demandas impostas por uma agenda globalmente estruturada, adotaram medidas sociais de “proteção”, assistência social e extensão de direitos. A história recente mostra as tensões que surgem dentro desses modelos, com uma alta porcentagem de indigência e pobreza prevalecendo na maioria dos países da região. Os cenários atuais nos mostram que a adoção dessas políticas, bem como a insuficiência dessas ações para satisfazer as necessidades da população mais vulnerável se agravam ainda mais com a crise estrutural do capital.

Nesse panorama, a agenda político-econômica foi construída na tensão de duas perspectivas diferentes: por um lado, e de maneira hegemônica na região, foram assumidas políticas neoliberais e conservadoras, relegando a segundo plano, as que visam adotar medidas para melhorar a vida da população nos campos sociais. De outro lado, em quase todos os países, existem contrapropostas que se referem a medidas progressistas e, por isso, em meio a conflitos se luta veementemente, em diferentes setores para sua garantia. Felizmente, os povos latino-americanos encontram na organização coletiva a força motriz para resistir a projetos excludentes e propor diferentes projetos sociais, desafiando as políticas econômicas vigentes.

É nesse contexto, cada vez mais feroz em termos de conflitos e lutas, que são necessárias reflexões sobre vários aspectos que moldam nossa realidade, como é o caso da educação, aqui entendida como um dos componentes das políticas sociais, sendo questionada, por um lado, por uma crítica permanente dos setores mais liberais ou conservadores e, por outro, pelas necessidades e demandas da população em torno da extensão da escolaridade e da complexidade do conhecimento em disputa que deveria ser contemplado como parte da vida.

Esse cenário de conflitos do qual a educação faz parte impõe a urgência da exposição e questionamentos sobre: políticas públicas progressistas, políticas conservadoras e suas consequências, existência de organizações em alguns países de movimentos sociais que se unem na luta para repelir a onda conservadora na América Latina, além de resgatar a construção social democrática que continua a operar mesmo em contextos hostis. É nessa linha que nos interessa a relação da educação com outras áreas da vida social, como por exemplo: educação e trabalho, educação e cidadania, educação e trabalho docente, educação e avaliação, educação e organizações internacionais; entre outras.

A inegável crise do capitalismo que dura mais de 30 anos afeta todos os países em maior ou menor grau, arriscamos dizer que mais ainda em se tratando dos países periféricos como os latino-americanos. Este é o tópico abordado por Thiago de Jesus Esteves e José dos

Santos Souza no artigo **“O papel das organizações internacionais na reforma da gestão da educação brasileira: sistemas de avaliação educacional em larga escala como instrumentos da pedagogia política do capital”**. Os autores concluem que grande parte da desigualdade de poder político e também da riqueza, de muitos países que não estão no centro financeiro do sistema capitalista, está diretamente ligada à adoção de políticas educacionais propostas por organizações internacionais, com enfoque no que denominam de pedagogia política do capital na regulação dos instrumentos de avaliação em larga escala. Por outro lado, apresentam estudos que relacionam a política educacional nacional de vários países com a política internacional mostrando a partir dessa relação, significados e/ou propósitos que são produzidos em torno de políticas macro ou de médio alcance.

Para quase toda a região da América Latina, geralmente há um fluxo de propostas certificadas por organizações internacionais e apoiadas por elites nacionais que buscam mitigar os problemas gerados pela crise estrutural do setor econômico e financeiro global, bem como favorecer o setor privado. Assim o foi, quase sem exceções regionais, o ditame em torno da crise e da ineficácia dos estados nacionais no provimento e na garantia de seus papéis republicanos, colocando a maioria em um inacabável processo de reforma do papel estatal. Incide também com força pungente o ditame em torno da assunção de práticas que garantam o tão controverso desenvolvimento sustentável como garantia de participação ao modo de produção, que no fundo é que carece de sustentação.

Este tópico é tratado no artigo de Eneida Oto Shiroma e Isaura Monica Souza Zanardini, intitulado **“Estado e gestão da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na agenda de 2030”**, onde as autoras apresentam a valorização de experiências e práticas exitosas e o monitoramento e divulgação dos resultados por parte do Estado, como os principais fatores para a promoção do chamado desenvolvimento sustentável.

Já no artigo **“O senso comum neoliberal obscurantista e seus impactos na educação brasileira”** de autoria: Newton Duarte, Francisco José Carvalho Mazzeu e Elaine Cristina Melo Duarte referenciados teoricamente no pensamento de Antonio Gramsci sobre o senso comum, é revisitada a problemática de como o receituário neoliberal foi reiteradamente colocado como a grande panaceia capaz de sanar todas as dificuldades e promover um impulso regional rumo à prosperidade de seus sistemas políticos e também econômicos, para isso, a mão invisível do mercado segue sendo a diretriz que não só regula as possibilidades governamentais, mas também as possibilidades de liberdade civil, nos mais variados aspectos.

A manutenção dessas políticas por parte dos estados deixou um quadro devastador no campo ligado à garantia e ao alcance dos direitos sociais, o que leva a luta em prol de políticas de alcance mais generalista por parte dos sujeitos ou pelas coletividades, em diversos setores tanto para ingressar no mercado de trabalho, quanto para as chamadas aprendizagens cidadãs, na apropriação de conhecimento científico e de conhecimentos mais variados em termos de justiça social no que diz respeito às diferenças e à diversidade.

Acreditamos que o principal papel desempenhado pelo acesso à educação é a garantia de acesso a outros direitos sociais, uma vez que, do ponto de vista da justiça social, trata-se de pensar a partir da possibilidade de distribuição cultural, reconhecimento de diferenças e participação real em todos os aspectos da sociedade.

Nesse sentido, o estudo sobre políticas normativas na região é abordado pelo artigo **“O direito à educação escolar como dimensão da cidadania no Mercosul”**, realizado por Kellcia Rezende Souza, Maria Teresa Miceli Kerbauy e Rosalina Dantas da Silva, onde as mesmas analisam a ordem constitucional dos países membros (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) do Mercado Comum do Sul (Mercosul), no que diz respeito ao direito à educação. Dessa forma, entendem que a garantia de educação perpassa pelas concepções de cidadania e como isso pode contribuir para a democracia. As constituições atuais desses países foram estudadas por onde constata a ausência nos instrumentos legais que regulem o progresso e a eficácia do direito educacional e, portanto, na conquista da cidadania como instrumento de integração regional.

Um dos obstáculos à integração regional, por parte do Brasil é a ineficácia da política de internacionalização. Esta temática é discutida pelas autoras Jullie Cristhie da Conceição, Milene Dias Amorim e Giselle Cristina Martins Real no artigo **“Mobilidade estudantil na América Latina: revelações da validação de diplomas estrangeiros no Brasil”**. Tomando como parte da empiria os dados públicos e restritos do sistema informacional próprio do Ministério da Educação para gerir os processos de reconhecimento e revalidação de diplomas estrangeiros, denominado *Plataforma Carolina Bori*, no período de 2017 a 2019, as autoras concluem que: no que diz respeito à validação de diplomas, a perspectiva que se vislumbra indica que os interesses particulares ligados a interesses comerciais de instituições privadas seguem sendo preponderante. E quanto à mobilização estudantil, esta se materializa muito mais em consideração a interesses comerciais implícitos do que numa perspectiva de ampliação da política de internacionalização brasileira.

No artigo **“Programas de avaliação da agenda do governo na Argentina recente: discursos, ações e institucionalidades políticas para melhorar a qualidade educacional**

durante a gestão da mudança (2015-2019)”, as autoras Lucrecia Rodrigo e Inés Rodríguez Moyano, como o título indica, analisam qualitativamente as políticas nacionais de avaliação educacional dentro do escopo do movimento que chamam de “restauração conservadora na Argentina”. Revisam os marcos estruturais dos programas de avaliação, ou seja, a "arquitetura institucional" da área de avaliação educacional, depois analisam a orientação das intervenções desenvolvidas durante os anos 2015-2019 pela Secretaria de Avaliação vinculada ao Ministério Nacional da Educação e algumas opiniões de diferentes atores responsáveis pelo desenho e pela implementação dessas políticas. As autoras apontam que o processo de medir a aprendizagem, ínsito à "restauração conservadora" privilegia a avaliação como ferramenta de controle, ou seja, como "gestão privilegiada", notadamente diferente da política educacional anterior. Concluem apresentando algumas reflexões sobre a relevância das políticas de avaliação para o processo de expansão do direito à educação na Argentina.

A preocupação deste dossiê se concentra na temática da justiça social e na construção da democracia. Anteriormente, nos referimos à ideia de justiça social a partir dos conceitos de Fraser (2008)⁴, que em alguns artigos deste Dossiê aparecem revalorizados a partir do conhecimento que a escola ou a sociedade promove em relação à construção da cidadania. Esse é o caso do artigo **“Aprendizagens básicas em cidadania na infância para fortalecer a democracia: resultados de uma avaliação cidadã no México”** de Felipe J. Hevia e Samana Vergara Lope no qual os autores mostram que a democracia e a construção de uma cidadania abrangente têm pouca importância na sociedade mexicana. Isso está "diretamente relacionado aos problemas do sistema educacional para educar cidadãos abrangentes". Apresentam a avaliação de 1436 meninas, meninos e adolescentes, ressaltando a importância de ensinar um conteúdo mínimo, que poderia ser tratado pela escola, no sentido da construção da cidadania. Os dados indicam que as ideias em torno da cidadania são fracas ou enfraquecem com a idade, ou seja, é uma necessidade que a educação contribua não apenas com os conteúdos conceituais, mas com um conhecimento mais amplo que leve “ao bem comum e ao apoio mútuo, e à geração de competências e habilidades de coexistência e participação, como o diálogo, a gestão pacífica de conflitos e a construção de espaços livres de violência”.

Aquilo que podemos chamar de fragilidade democrática da região latino-americana, não é sentida apenas no seu sentido lato como no campo autoritário de construção das

⁴ Fraser e Nancy (2008). “La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación”. Revista de Trabajo (6), 83-99 (en línea). Disponível em: http://www.trabajo.gob.ar/downloads/cegiot/08ago-dic_fraser.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

políticas de forma independente da base onde incidam, mas também na consideração que os sujeitos fazem a respeito da sua própria condição cidadã e sobre a validade da democracia no sentido mais geral, o que desemboca tanto na manutenção de estados autoritários travestidos de republicanos, quanto no apassivamento individual e coletivo combinando com o tecido frágil das democracias regionais.

Pelo menos dois artigos tratam da problemática da formação e exploração do trabalho docente, defendendo que são muitos os desafios encontrados no sentido de romper com essa teia nebulosa que envolve as condições de vida de todos os trabalhadores. Muitos desses desafios são tratados no artigo **“Desafios políticos, econômicos e sociais para os docentes na América Latina”** por Fabiano Antonio dos Santos, João Batista Zanardini e Hellen Jaqueline Marques que tratam de diversos temas que se constituem, em desafios aos docentes, desde a formação inicial, carreira, passando pelas questões ligadas à qualidade da educação e a problemática da avaliação em larga escala chegando à participação político sindical. Os autores concluem que cada um desses desafios, quer seja em sua especificidade ou interdependência, produz reações, lutas, condicionamento e possibilidades que atravessam o campo oficial das proclamações políticas até as formas de confrontação por parte dos docentes da mesma política.

No caso específico da condição docente, são severamente prejudicadas as condições de formação, de emprego e de manutenção de suas carreiras culminando em processos escorchantes de exploração de sua força de trabalho, para os quais servem de exemplo o recrudescimento da educação remota travestida em educação à distância, o trabalho *uberizado* chegando até ao trabalho voluntário.

No artigo **“Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural”**, os autores José Carlos Libâneo e Eliane Silva apresentam os embates em torno das relações entre propósitos educacionais, diversidade cultural, desigualdade e justiça. Centram suas proposições com base no Brasil e em alguns países latino-americanos em relação à função social da educação, e argumentam que, embora "as ações sócio políticas e as ações pedagógicas devam articular-se, não se identificam, uma vez que sua natureza é diferente". Concluem com a proposta interessante de uma abordagem pedagógica da diversidade em uma escola socialmente justa a partir da perspectiva do ensino voltado para o desenvolvimento humano.

Nesse mesmo sentido, o artigo **“Escola secundária e formação para o trabalho na Argentina: políticas e saberes em disputa”**, as autoras Silvia Martínez, Delfina Garino e Natalia Fernández abordam a relação entre educação e trabalho a partir de três experiências

em escolas técnicas secundárias na Argentina. Mostram, através dos dispositivos de formação para o trabalho, um profundo debate sobre os propósitos educacionais e, com ele, o conhecimento que é transmitido e as concepções de trabalho que eles promovem, bem como a tensão entre o que acontece nas escolas e nas normativas políticas. Descobrem, em termos políticos, que as propostas de ensino podem promover a construção de um mundo mais justo e democrático ou aprofundar as desigualdades sociais. E que nesse leque de possibilidades se disputam os sentidos da educação entre os regulamentos promovidos pelo Estado e as propostas educacionais desenvolvidas e realizadas em escolas concretas.

Na mesma linha, o estudo **“Rumo a uma construção participativa da política educacional: a proposta alternativa do projeto de sucesso escolar em Valparaíso”** de María Teresa Flórez Petour e José Miguel Olave Astorga apresenta numa visão crítica as atuais formas de política educacional no Chile. Referem-se aos resultados de uma investigação sobre o sistema de avaliação nacional do currículo SIMCE, onde o mesmo é revelado como problemático em termos de participação para a justiça social. Ao mesmo tempo, apresentam um caso alternativo que evidencia a construção participativa desde as bases para a construção de um sistema de avaliação em grande escala de orientação formativa, que se destaca como uma forma mais democrática e, portanto, mais justa para a avaliação.

O texto **“Trabalho docente voluntário na Educação Superior: precarização das condições de trabalho na Argentina, Brasil e Chile”** apresenta-se na forma de entrevista onde as autoras Savana Diniz Gomes Melo e Suzana Gomes dos Santos analisam as reformas educacionais promovidas na educação superior nas últimas décadas. Demonstram que as mesmas buscam atender requerimentos do capitalismo, com incidência na formação para o trabalho. As autoras expõem a experiência de trabalho precarizado nos três países.

Embora o que foi relatado até agora mostre com grande preocupação as continuidades das políticas neoliberais, conservadoras que revelam a situação na região com poucas mudanças estruturais, existem tensões no sistema educacional que dão origem a propostas alternativas, de disputas e lutas em sentidos distintos do hegemônico.

É assim que apresentamos artigos de quatro países que propõem diferentes perspectivas para refletir sobre aspectos das políticas e práticas educacionais da região. Encontramos semelhanças e diferenças em cada país, enquanto as abordagens apresentadas nos convidam a conhecer outras realidades e a refletir sobre as particularidades que nos preocupam. Como informações para poder localizar em cada país, no final, apresentamos uma tabela comparativa dos sistemas educacionais, especialmente da educação básica, suas idades, nomes da estrutura educacional e a natureza obrigatória de cada um.

Por fim, a relação entre o Sistema Nacional de Avaliação brasileiro e a Implementação de uma Base Nacional Comum Curricular é analisada no artigo "**Avaliação em larga escala e Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Dimensões da política de contenção e liberação no Brasil**", das autoras Amanda Melchiotti Gonçalves, Dhyovana Guerra e de Roberto Antônio Deitos, que apresentam essa relação como dimensão da política de contenção e de liberação no Brasil. Para tanto, recuperam o discurso dos Organismos Internacionais na maximização da relevância dos resultados e o trabalho dos reformadores empresariais da educação brasileira. Os autores constatam que a implementação da BNCC expressa a contenção/restrrição do acesso aos conteúdos científicos, bem como o controle e a padronização almejada nas avaliações em larga escala por meio da política de liberação dos chamados conteúdos socioemocionais como norteadores da aprendizagem.

A emergência sanitária deste momento no mundo, mais uma vez traz à tona as dificuldades que enfrentamos em nossos países, como sociedades desiguais, que lutam de maneiras diferentes por medidas de maior justiça, estamos sofrendo neste momento, algumas das consequências das temáticas tratadas neste Dossiê.

Muitas das consequências dessa etapa tão excepcionais e imprevisíveis que podem continuar sendo abordadas em novos estudos, mas o certo é que parte do panorama devastador de alguns setores da região latino-americana encontra elementos de entendimento em muitos dos artigos que aqui são apresentados. Convidamos, então, a conhecer, debater e trocar experiências sobre a realidade por meio das contribuições sobre a educação e suas alternativas, críticas e reflexões teóricas presentes neste Dossiê e que as mesmas auxiliem na construção de mais democracia através da educação e da justiça social.

Quadro 1 - Sistema educacional

Países	Níveis educacionais	Idades teóricas	Obrigatoriedade	Duração
<i>Argentina</i>	Educação Infantil	2-5	4 e 5- obrigatório	0-5
	Ensino Fundamental	6-12	Obrigatório	7-Fundamental
	Ensino médio (comum e técnico)	13-17/sec. Comum 13/18 sec. Técnico	Até o final do Ensino Médio - obrigatório	5 - Médio. Comum 6-Médio. Técnico
	Ensino superior (técnico ou universitário)			
<i>Brasil</i>	Educação Infantil	4 a 5 anos	Obrigatória	2 anos
	Ensino Fundamental	6 a 14 anos	Obrigatório	9 anos
	Ensino Médio	15 a 17 anos	Obrigatório	3 anos
<i>Chile</i>	Educação Infantil (berçário 84 d a 2 a) (Médio 2 a 4 anos) Transição 4 a 6 anos)	84 d a 6 anos	Não Obrigatória	Variável
	Pré-escola	Até 5 anos	Obrigatória	Variável
	Educação Básica	5 a 13 anos	Obrigatório	8 anos
	Médio	13 a 18 anos	Obrigatório	4 anos
<i>México</i>	Pré-escola	3 a 5 anos	Obrigatório	3 anos
	Ensino Fundamental	6 a 12 anos	Obrigatório	7 anos
	Ensino Médio	12 a 15 anos	Obrigatório	4 anos
	Ensino Médio Superior Bacharelado/Preparatório	15 a 18 anos		4 anos

Fonte: elaborado pelos autores

Como referenciar este artigo

SANTOS, F.; MARTINEZ, S.; ZANARDINI, J. B. Os desafios políticos para a educação e democracia na América Latina. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 668-677, ago. 2020. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13966>

Submetido em: 20/02/2020

Revisões requeridas: 30/04/2020

Aprovado em: 28/06/2020

Publicado em: 01/08/2020